

O maior aperto fiscal em 15 anos

Aumento na arrecadação de impostos e recebimento de dividendos garantem ao governo federal economia recorde de R\$ 19,4 bilhões em abril

EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

O arrocho fiscal feito pelo governo para pagamento de juros atingiu o maior patamar desde 1991 e dá mais tranquilidade ao mercado de que será cumprida a meta de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Em abril, a sobra obtida com a receita menos despesa, excluindo pagamento de juros, totalizou R\$ 19,426 bilhões, valor mais que suficiente para cobrir os gastos com juros de R\$ 12,873 bilhões. A folga de R\$ 6,553 bilhões — maior superávit nominal dos últimos 15 anos — foi um dos principais responsáveis pela queda do endividamento público, que passou de R\$ 1,021 trilhão (51,8% do PIB) em março para R\$ 1,014 trilhão (51% do PIB) no mês passado e uma das melhores notícias colhidas pelo governo neste ano eleitoral.

Os números recordes de abril, divulgados ontem pelo Banco Central, estão relacionados ao aumento da arrecadação de impostos e a recebimento de dividendos de instituições financeiras, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Tesouro Nacional. Somente em dividendos, o governo recebeu R\$ 1,6 bilhão. Também jogou a favor das contas públicas, a estabilidade dos gastos com juros, que refletiu a queda da taxa de juros do país, que atualmente está em 15,75% ao ano. No mês passado, os juros nominais totalizaram R\$ 12,873 bilhões. De janeiro a abril, esse montante soma R\$ 57,048 bilhões. Esses fatores, em conjunto com cortes no Orçamento, estão mais que compensando a elevação dos gastos correntes da União. Com isso, as dívidas do mercado quanto ao cumprimento da meta de superávit primário para este ano são cada vez menores.

No acumulado dos 12 meses, o superávit primário soma R\$ 89,9 bilhões, o que representa 4,54% do PIB. No quadrimestre, a situação parece bem confortável. A economia chegou a 6,36% do PIB. No mesmo período de 2002 — quando foi realizada a última eleição presidencial —, esse montante correspondia a 3,33% do PIB. “Esses números referendam a meta. Mostra que estamos no caminho para cumprir os 4,25%”, destacou o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. “Mas não seria exagero que o superávit primário nos próximos meses oscilasse acima e abaixo da meta. O que interessa é o comportamento final”, completou.

A economista-chefe do Banco Fibra, Maristella Ansanelli acredita que ainda há chance de o superávit primário ficar um pouco abaixo da meta, algo em torno de 4,10% do PIB. Segundo ela, apesar de a lei eleitoral impedir a ocorrência de novos investimentos a partir de junho, os gastos com previdência social, por exemplo, devem crescer substancialmente neste ano devido ao aumento real do salário mínimo que de-

verá começar a aparecer apenas quando o BC divulgar os números referentes ao mês de maio.

Juros

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, acrescentou que a continuidade da queda dos juros e a estimativa de crescimento econômico de 4% neste ano deve compensar a elevação dos gastos do governo e possibilitar o cumprimento da meta de superávit primário. “A política fiscal neste ano está bem encaminhada, está dentro do controle”, frisou, destacando que possíveis dificuldades devem aparecer no próximo ano, caso o governo não se dedique a aprovação de um programa de ajuste de longo prazo.

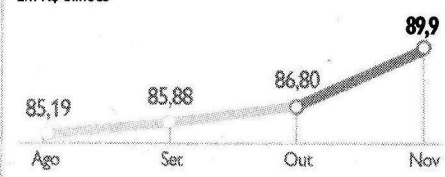
A maior contribuição para o superávit primário do setor público foi o governo central (que inclui as contas do governo federal, BC e Previdência Social) com R\$ 16,312 bilhões devido a pagamento de dividendos de instituições financeiras e ao aumento da arrecadação de impostos. Além disso, Lopes destacou o resultado dos governos municipais e estaduais, que economizaram R\$ 2,050 bilhões — o maior valor já registrado pela autoridade monetária em um mês de abril. “Até agora o comportamento (dos governos municipais e estaduais) é positivo, a despeito de um ano eleitoral”, afirmou Lopes. O economista-chefe do West LB, Adauto Lima, tem dúvidas, no entanto, se esse comportamento será mantido nos próximos meses. No ano passado, os governos regionais contribuíram em média com uma economia de 1% do PIB.

Dívida menor

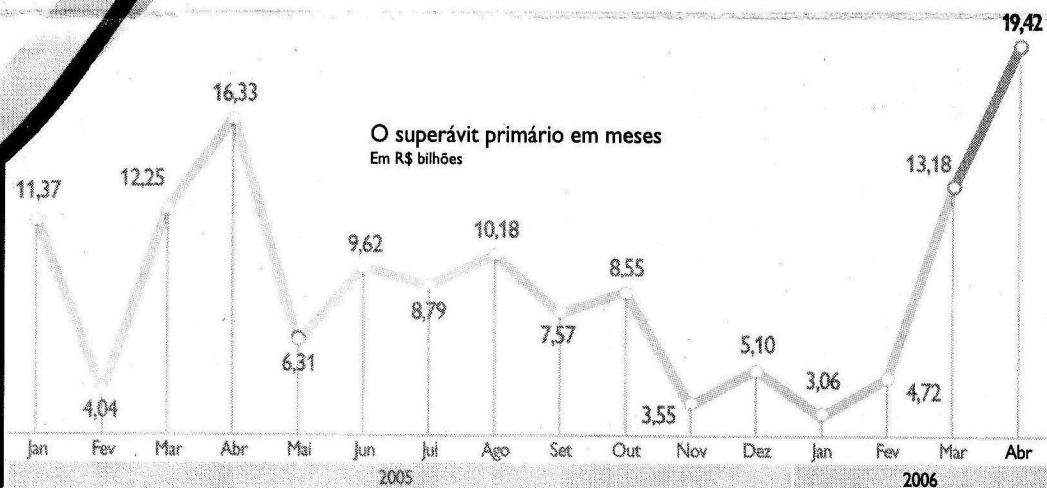
O elevado superávit primário registrado em abril garantiu a queda da relação dívida/PIB de março para abril, cedendo de 51,8% para 51% do PIB. A estimativa é de que esse percentual chegue a 50% do PIB no final deste ano. Em 2005, o país fechou com uma dívida que representava 51,5% do PIB. A apreciação cambial contribuiu, em abril, para diminuição do endividamento em R\$ 1,538 bilhão.

ECONOMIA RECORDE

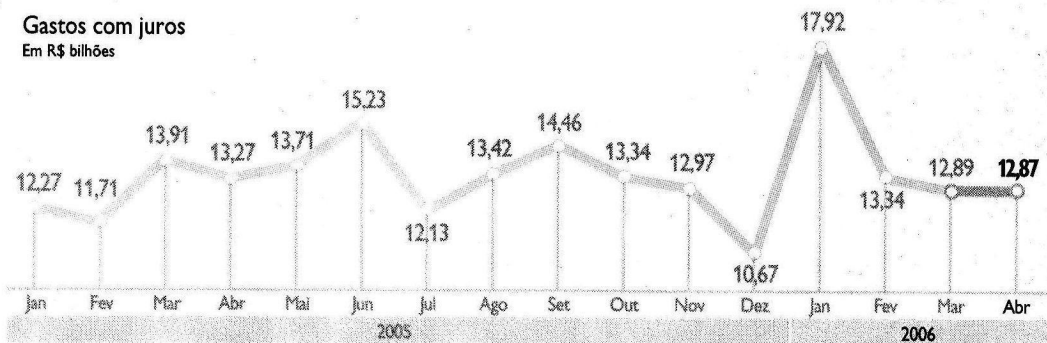
O superávit primário acumulado em 12 meses
Em R\$ bilhões



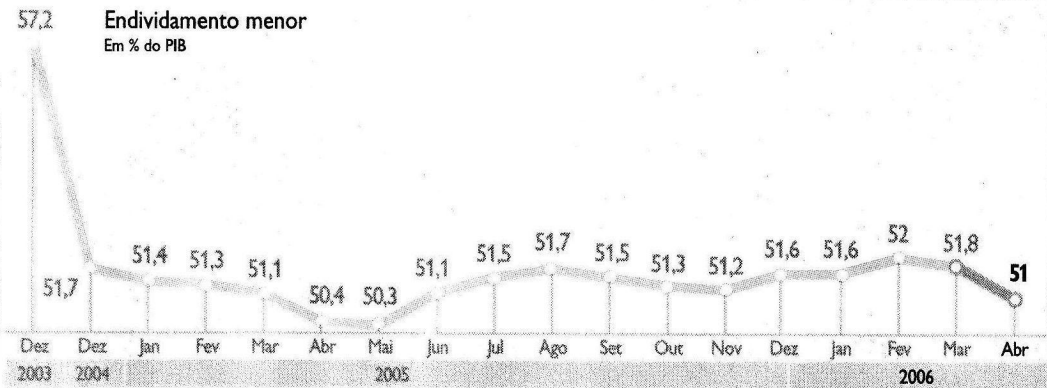
O superávit primário em meses
Em R\$ bilhões



Gastos com juros
Em R\$ bilhões



Endividamento menor
Em % do PIB



Fonte: Banco Central

Editoria de Arte/CB